

TCDF - MINISTÉRIO PÚBLICO  
Procuradoria-Geral  
Procurador-Geral Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Proc. nº 1.693/93  
Fl. nº 211  
Rubrica: J U Jacoby F

**Processo nº 1.693/93 – Pedido de Vista**  
**Parecer nº 1.582/01 PG.**

**EMENTA:**

*Pedido de vista. Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal. Requisição de servidora junto à FUNCEP. Considerações quanto à aplicação do art. 93 da Lei nº 8.112/90 e sua influência nestes autos. Medidas complementares em relação a outros aspectos. Posição divergente.*

**EGRÉGIO PLENÁRIO,**

Este pedido de vista pretende tecer alguns comentários sobre o alcance do preceito contido no art. 93 da Lei nº 8.112/90, em vista principalmente desta norma ter incidência dúplice, ou seja, existir tanto como norma de índole federal como lei distrital, tendo em vista que a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, em seu art. 5º, absorveu a sua redação original para torná-la aplicável ao Distrito Federal.

O item I da Decisão nº 9.676/2000 solicitou à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que esclarecesse se a servidora foi formalmente requisitada junto à FUNCEP, com ônus para o GDF, para ter exercício em cargos comissionados no órgão e no IDR. Entendeu-se que nestes cargos exige-se dedicação exclusiva, o que seria incompatível com a carga horária de 40 horas semanais.

O art. 93 citado tem a seguinte redação:

*“93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses”:*

*I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;*

*II - em casos previstos em leis específicas.*

*§ 1º. Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.”*

Entende este Ministério Público que está havendo uma pequena confusão na aplicação do dispositivo. É que o caso da servidora em epígrafe trata de cessão da área federal para a Administração Pública do Distrito Federal.

TCDF - MINISTÉRIO PÚBLICO  
Procuradoria-Geral  
Procurador-Geral Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Proc. nº 1.693/93  
Fl. nº 212  
Rubrica: JUlJacobyF

Aplica-se ao ato administrativo de cessão pela União o art. 93 da Lei nº 8.112/90, **lei federal**, porque o que é cessão para a União representa uma requisição para o Distrito Federal. Não se está aplicando a Lei nº 8.112/90, em sua aceção distrital, porque o Distrito Federal não está cedendo ninguém, mas requisitando. Nesta linha, a utilização do artigo interessa exclusivamente à União Federal, já que o referido normativo não é aplicável ao Distrito Federal (o que se aplica no DF é apenas a redação original da Lei nº 8.112/90, trazida ao âmbito local pela Lei nº 197/91, e não a lei em si).

Entende este *Parquet*, todavia, que pode ser desnecessária, a princípio, tanto a comprovação da requisição como a cessão em relação à FUNCEP. Isso porque os cargos exercidos no GDF, de Secretária de Administração e Superintendente do IDR, surgiram de escolha pessoal do Governador. Presume-se, por outro lado, corretos os respectivos atos de nomeação, pela presunção de legalidade que detém os atos administrativos *in genere*.

Se houve requisição ou não, pouco interessa, porque a servidora exerceu estes cargos de forma integral. Ou seja, se não houve requisição, e não houve autorização expressa da área federal, presume-se que houve algo como abandono de cargo na FUNCEP (situação fora da competência do TCDF), ou exercício do cargo federal em horário compatível. Essa situação é semelhante ao que ocorre com uma pessoa sem qualquer vínculo com a Administração Pública ser convidada a exercer o cargo, o que é perfeitamente aceito. De outra parte, se a servidora percebeu normalmente seus vencimentos nesta condição, pela União Federal, então esse é um problema exclusivo daquela esfera de governo, não detendo o TCDF competência para apreciar tal questão.

Esse enquadramento dos fatos, no entendimento deste órgão, sugere a desnecessidade de suscitar o problema da compatibilidade de horários, porque se os cargos no Distrito Federal foram exercidos a contento, de forma integral, o cumprimento ou não da carga horária junto à FUNCEP é um problema que interessa apenas àquela esfera de governo, sob o jugo do Tribunal de Contas da União.

A questão muda de figura apenas se o GDF arcou com o ônus da remuneração da servidora junto ao governo federal. Neste caso a despesa correspondente deve ser formalmente comprovada pela autoridade responsável pela requisição, podendo alterar o julgamento de suas contas.

Esse é exatamente o ponto central da questão, a irregularidade na despesa, se existente, influenciará apenas as contas do agente responsável, não alcançando a aposentadoria em si. Se houve erro administrativo, a servidora, até mesmo pela obrigação de admitirmos a sua boa-fé, não pode ser responsabilizada, ou ter sua aposentadoria prejudicada por ação de outrem.

Senão vejamos. A servidora, acumulando lícitamente dois cargos é convidada a exercer importante cargo na cúpula administrativa do GDF, e o aceita, exercendo integralmente o *munus* que lhe foi atribuído. Parece-nos, com tal moldura, inadmissível que a interessada fique a mercê de contingências administrativas sobre as quais não tem controle. Eventuais irregularidades no processo de cessão e requisição não poderão, de modo algum, influenciar a percepção de parcelas incorporadas referentes a cargos comissionados e outras vantagens ou mesmo influenciar a contagem de tempo de serviço.

**TCDF - MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**Procuradoria-Geral**  
*Procurador-Geral Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*

Proc. nº 1.693/93 Fl. nº 213 Rubrica: <i>JUJacobyF</i>
--

Este Ministério Público, portanto, opina por que o Tribunal:

I - dê provimento ao pedido de reexame, e deixe de atender à proposta do item III de fl. 189, considerando que eventual irregularidade na aplicação do art. 93 da Lei nº 8.112/90 interessa somente à área federal e, por outro lado, não poderá ter influência na concessão em análise, mas apenas poderá incidir nas contas do agente responsável;

II - determine à competente Inspeção de Controle Externo que inclua em futura auditoria a verificação da regularidade de eventual despesa correspondente à requisição da servidora com ônus para o Distrito Federal, se for o caso, tomando as medidas cabíveis;

III - autorize a execução da diligência suscitada no parecer do Ministério Público, fls. 193/199.

Era o que tinha a considerar.

Brasília - DF, em 17 de agosto de 2001.

**JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES**  
**Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF**